

METRO DO PORTO, S.A.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL

PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

4/2

METRO DO PORTO, S.A.**CONSELHO FISCAL****RELATÓRIO TRIMESTRAL****PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011****ÍNDICE**

	Página
1. INTRODUÇÃO	3
2. FACTOS MARCANTES NO TRIMESTRE	4
3. ANÁLISE DAS CONTAS E DOS ORÇAMENTOS	5
4. PRESTAÇÃO DE CONTAS	13
5. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS	14
6. NOTAS FINAIS	17
7. ANEXOS: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	18

1. INTRODUÇÃO

Foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 71/93, de 10 de março, o regime jurídico da exploração de um sistema de metro ligeiro, na área metropolitana do Porto, atribuindo a exploração desse sistema a uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, em regime de exclusivo.

Foi, então, constituída em 06 de agosto de 1993 a sociedade "Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.", denominação posteriormente alterada para "Metro do Porto, S.A.", tendo por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP, compreendendo ainda no seu objeto a construção das infraestruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante.

O regime jurídico inicial foi objeto de algumas alterações, onde se destaca a publicação do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro que revogou o Decreto-Lei n.º 71/93 e criou novos Estatutos para a sociedade. Os Estatutos foram mais tarde reformulados pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, ficando o capital social a ser de € 5 000 000, e a sede a situar-se na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1 862 - 7º Andar, no Porto. Mais tarde, pela Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 25 de março de 2008, os Estatutos sofreram diversas alterações, das quais salientamos o aumento do capital social de € 5 000 000 para € 7 500 000, a nova estrutura acionista e a reformulação da estrutura da administração e fiscalização, onde se evidencia a substituição do Fiscal Único por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente. Os Estatutos foram republicados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro.

De acordo com a referida Deliberação Social Unânime por Escrito, a estrutura acionista da Empresa passou a ser a que consta no Quadro 1.

Quadro 1. - Estrutura Acionista

Acionistas	Participação no Capital
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP - Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Câmara Municipal de Gondomar	0,0001%
Câmara Municipal da Maia	0,0001%
Câmara Municipal de Matosinhos	0,0001%
Câmara Municipal do Porto	0,0001%
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	0,0001%
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Existe um Acordo Parassocial dos acionistas da Metro do Porto, S.A., instituído pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro. Este Acordo Parassocial mantém-se em fase de revisão.

48 2

O já referido Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, estabeleceu as Bases da Concessão, por um período de 50 anos, tendo sido, posteriormente, objeto das alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de setembro, do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de novembro, do Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de fevereiro, do Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de julho, do Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de setembro e do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro. O período de 50 anos da Concessão nunca sofreu alteração.

O Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de novembro, permitiu a realização de operações de leasing de equipamento afeto ao sistema.

A Base XIII, das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, estabelece que o financiamento da concessão é assegurado:

- Pelas receitas decorrentes da atividade da concessionária;
- Pelas dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus acionistas;
- Eventualmente, por produto de empréstimos a contrair pela Empresa.

O Conselho Fiscal da Metro do Porto, S. A. apresenta o seu relatório respeitante ao quarto trimestre de 2011, em conformidade com o disposto no Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, no Despacho n.º 14 277/2008, de 14 de maio, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 99, de 23 de maio de 2008, e no n.º 2 do Artigo 25.º dos Estatutos da Empresa.

Foram disponibilizados, pela Metro do Porto, os Balancetes do Razão mensais, as Demonstrações Financeiras de dezembro de 2011, expressas em SNC, e as Notas Técnicas emitidas pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, que contém as Informações de Gestão de todos os meses do ano, sendo estas últimas analisadas em reuniões do Conselho de Administração.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 13 de março de 2012, pelo Conselho de Administração.

2. FACTOS MARCANTES NO TRIMESTRE

Destacamos neste período:

- Em 15 de outubro de 2011, iniciou-se a exploração da extensão (463,7 metros) da linha amarela a Santo Ovídio.

- Na medida em que, por não satisfazer os requisitos necessários para ser considerada produtor mercantil, a Metro do Porto, SA, integra o grupo de entidades que se insere no âmbito do perímetro de consolidação das administrações públicas, passou, nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, a integrar o Orçamento do Estado, sendo para o efeito equiparada a Fundo e Serviço Autónomo. Assim, conforme já indicado no relatório do terceiro trimestre,

h 0 1

foi inserido nos serviços online da DGO, em 15 de outubro passado, a versão do Orçamento da Empresa, destinado a integrar o Orçamento do Estado para 2012.

- Posteriormente, a Empresa elaborou o Plano de Atividades e o Orçamento para 2012, com base em instruções complementares recebidas das diversas entidades oficiais, mas também tomando em consideração diversas disposições legais e regulamentares, tais como:

- Despacho n.º 510/10 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 1 de junho de 2010, que fixou os limites máximos de endividamento previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12 de abril;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, que aprovou a redução dos vencimentos dos gestores públicos e equiparados em 5%, com efeitos a partir de 1 de junho de 2010.
- Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, que aprovou reduções salariais de até 10%, ao nível das Empresas do Setor Empresarial do Estado, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011.
- Despacho n.º 1 315/10 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 15 de novembro de 2010, que determina às empresas um conjunto de medidas, tendo em vista a concretização dos objetivos fixados ao nível da redução dos custos.
- Plano Estratégico dos Transportes (PET), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 216, de 10 de novembro de 2011.
- Proposta do Orçamento do Estado para 2012.

Este Plano de Atividades e Orçamento foi aprovado por maioria pelo Conselho de Administração em 23/11/2011 e enviado às tutelas e outras entidades oficiais em 13/12/2011.

- Embora ultrapassando já a data final do 4º trimestre de 2011, entendemos dever relevar a seguinte ocorrência relacionada com esse período.

A situação de contencioso com a Autoridade Tributária e Aduaneira, que temos referido nos relatórios trimestrais anteriores, não permitia que a Empresa conseguisse a certidão das Finanças com a indicação de regularidade da situação contributiva, impedindo-a, por esse facto, de poder aceder a fundos necessários para o seu funcionamento normal. Perante esta situação, a Empresa, no final de fevereiro de 2012, efetuou o pagamento de M€ 29,4 respeitante a imposto, acrescido de M€ 1,2 relativos a juros.

Esta decisão permitiu a obtenção imediata da declaração em causa e tornou possível a necessária entrada de fundos.

Não obstante, a Empresa mantém o contencioso, na perspetiva de que a razão lhe assiste e de que virá a recuperar as importâncias despendidas.

3. ANÁLISE DAS CONTAS E DOS ORÇAMENTOS

As demonstrações financeiras estão a ser elaboradas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sem prejuízo do recurso supletivo às Normas

Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).

Verificamos, atentamente, os desvios mais importantes ocorridos no 4.º trimestre de 2011, em relação aos saldos de 30 de setembro de 2011, nas contas patrimoniais, e aos saldos do período homólogo de 2010, nas contas de resultados. Salvo exceções, em contas com informação de interesse especial, são apenas evidenciados os desvios de saldos iguais ou superiores a M€ 50 nas contas de balanço e de M€ 25 nas contas de resultados.

Relativamente ao justo valor dos swaps reconhecidos nas contas da Empresa, verificamos que foram calculados por uma entidade independente e que originou a reexpressão dos valores respeitantes ao exercício de 2010.

O Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas, anexos a este relatório, estão apresentados com valores comparativos do período homólogo de 2010, reexpressos, conforme já foi indicado, apenas para acompanhar o método utilizado pela Empresa.

3.1 - CONTAS DE BALANÇO

3.1.1 Depósitos à Ordem

Em relação ao terceiro trimestre, o saldo desta conta teve um aumento de m€ 70 914 (311%), tendo passado de um saldo devedor de m€ 22 770, em 30 de setembro, para um saldo também devedor de m€ 93 683, em 31 de dezembro de 2011. Este aumento está relacionado com financiamentos concedidos pelo Estado, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

3.1.2 Estado e Outros Entes Públicos

Esta conta apresenta um saldo devedor de m€ 20 009, em 31 de dezembro de 2011 e um saldo, também devedor, de m€ 18 418, em 30 de setembro de 2011, o que corresponde a um aumento de m€ 1 591. Esta variação reflete, essencialmente, o aumento dos pedidos de reembolso de IVA

3.1.3 Financiamentos Obtidos

O saldo global desta conta teve um aumento de m€ 131 032 (5%), tendo passado de um saldo credor de m€ 2 501 499, no fim do 3.º trimestre, para um saldo igualmente credor de m€ 2 632 531, em 31 de dezembro de 2011.

O aumento do financiamento da Empresa encontra-se traduzido no Quadro 2:

Quadro 2. - Variação do Financiamento

(milhares de euros)

Rubricas	dezembro/2011	setembro/2011	Variação
Não corrente			
Empréstimo por obrigações	50.000	0	50.000
Empréstimo bancários	1.571.161	1.696.066	-124.905
Empréstimos do Estado/DGTF	593.000	0	593.000
Locação operacional	200.378	206.735	-6.357
	2.414.539	1.952.801	461.738
Corrente			
Empréstimo bancários	211.556	72.054	139.502
Empréstimos do Estado/ DGTF	0	470.300	-470.300
Locação operacional	6.428	6.328	100
Locação financeira	9	16	-7
	217.992	548.698	-330.706
Total	2.632.531	2.501.499	131.032

Salientamos, neste quarto trimestre, a passagem do financiamento do Estado/DGTF, de curto prazo, no valor de m€ 470 300, para médio e longo prazo, e além disso, o seu reforço em m€ 122 700, o que perfaz m€ 593 000.

3.1.4 Provisões

O saldo desta rubrica teve um aumento de m€ 53 479 (24%) no quarto trimestre de 2011, passando de um saldo credor de m€ 222 769, em 30 de setembro, para um saldo também credor de m€ 276 249, em 31 de dezembro de 2011.

O aumento decorre da aplicação da IFRIC 12, no sentido de fazer face à obrigação de renovação dos ativos a transferir para o concedente no final do período da concessão.

Como já referimos anteriormente, a Empresa não considera existir motivo para constituir uma provisão para a contingência do pagamento de IVA em discussão com a Autoridade Tributária.

3.1.5 Ativos Fixos Intangíveis

O saldo desta conta, em 31 de dezembro de 2011 era de m€ 2 153 919, sendo de m€ 1 945 933, em 30 de setembro. Esta variação no trimestre, de m€ 207 986, resulta essencialmente do reconhecimento das amortizações acumuladas no trimestre (+m€ 17 833), dos aumentos respeitantes às infraestruturas do sistema (+m€ 224 393) e do material circulante (+m€ 1 385).

3.1.6 Investimentos em Curso

Em 31 de dezembro de 2011, os ativos intangíveis em curso totalizavam m€ 59 246, não existindo ativos fixos tangíveis em curso, cujas subcontas estavam saldadas.

3.1.7 Ativos/Passivos não Correntes

Esta rubrica variou, no quarto trimestre de 2011, de um saldo credor de m€ 836 387, em 30 de setembro, para um saldo igualmente credor de m€ 656 500, em 31 de dezembro de 2011, o que corresponde a uma redução de m€ 179 887.

Esta conta tem uma natureza mista. Assim, no que respeita aos Derivados passivos - justo valor de swaps de cobertura de taxa de juro - verificou-se uma redução de m€ 178 912 (21%). Nos Derivados ativos - justo valor - registou-se um aumento de m€ 975 (4%), conforme evolução descrita no quadro seguinte:

Quadro 3. - Ativos/Passivos não Correntes

Descrição	(milhares de euros)		
	31/12/2011	30/09/2011	Desvios
Derivados (Passivo-Justo valor)	-694.941	-863.853	178.912
Derivados (Ativo-Justo valor)	28.441	27.466	975
Ganhos (Perdas) por imparidades acumuladas	-656.500	-836.387	179.888

Os justos valores dos swaps reconhecidos tiveram por suporte os cálculos efetuados pela entidade independente IM Valor Consulting.

3.1.8 Resultados Transitados

Em 30/09/2011 esta conta apresentava o saldo devedor de m€ 1 657 111, e em 31/12/2011 um saldo, também devedor, de 1 424 392, demonstrando um desvio de m€ 232 718.

Esta diferença resulta, essencialmente, da reexpressão do justo valor dos swaps, conforme o Quadro 4 4.

Quadro 4. - Reexpressão da Demonstração dos Resultados por Naturezas e do Balanço**-Demonstração dos Resultados por Naturezas**

	2010 (Apresentado)	Reexpressão	2010 (Reexpresso)
Aumentos/Reduções do justo valor	(159.239.229)	(788.504)	(160.027.733)
Resultado líquido do período	(351.790.108)	(788.504)	(352.578.611)

-Balanço

	2010 (Apresentado)	Reexpressão	2010 (Reexpresso)
Ativo:			
Instrumentos financeiros derivados	20.905.370	7.784.505	28.689.875
Total do ativo	2.276.858.731	7.784.505	2.284.643.236
Capital próprio:			
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados	(10.143.561)	80.720	(10.062.841)
Resultados transitados	(1.305.320.895)	233.506.544	(1.071.814.351)
Resultados líquido do período	(351.790.108)	(788.504)	(352.578.611)
Total do capital próprio	(1.157.678.433)	232.798.760	(924.879.673)
Passivo:			
Instrumentos financeiros derivados	767.986.267	(225.014.256)	542.972.012
Total do passivo	3.434.537.164	(225.014.256)	3.209.522.909
Total do capital próprio e do passivo	2.276.858.731	7.784.505	2.284.643.236

3.2 - CONTAS DE RESULTADOS**3.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos**

No fim do quarto trimestre, esta rubrica regista o valor de m€ 107 491, apresentando um valor de m€ 176 108, em 31 de dezembro de 2010, evidenciando uma redução de m€ 68 617 (39%).

As variações mais significativas neste exercício de 2011, relativamente a igual período de 2010, estão refletidas no quadro abaixo:

Quadro 5. – Variação de Fornecimentos e Serviços Externos

(milhares de euros)

DESCRIÇÃO	dezembro	dezembro	Variação 2011/2010	
	2011	2010	Valor	%
Subcontratos	94.766	160.291	-65.525	-41%
Honorários	250	312	-62	-20%
Rendas e alugueres	981	907	74	8%
Conservação e reparação	6.497	1.995	4.502	226%
Vigilância e segurança	1.493	4.086	-2.593	-63%
Trabalhos especializados	2.420	7.311	-4.891	-67%
Outros	1.086	1.206	-120	-10%
Total	107.491	176.108	-68.617	-39%

Para a significativa variação nos subcontratos destacam-se:

- a descontinuação da operação comercial Normetro, com uma redução de m€ 11 984;
- a operação e manutenção pela Prometro, SA (Via Porto), com um valor de m€ 46 204, correspondente a um aumento de m€ 14 287, mas abrangendo todo o exercício de 2011, quando em 2010 tinha operado apenas em 9 meses;
- a redução de m€ 68 128, respeitante ao Modelo intangível decorrente da aplicação da IAS 11, que passou de m€ 114 071, em 31 de dezembro de 2010, para m€ 45 943, em 31 de dezembro de 2011.

3.2.2 Provisões do Período

No fim do quarto trimestre, esta rubrica registava o valor de m€ 61 265, apresentando um valor de m€ 32 081, em 31 de dezembro de 2010, o que evidencia um aumento de m€ 29 184 (91%), respeitante a processos judiciais em curso (+m€ 19 769) e renovação dos ativos da concessão (+m€ 9 505).

3.2.3 Gastos e Perdas de Financiamento

Esta conta registava, em 31 de dezembro de 2011, um saldo de m€ 164 123, apresentando, em 31 de dezembro do exercício anterior, um saldo de m€ 108 180, o que corresponde a um aumento de m€ 55 943. Este aumento decorre, fundamentalmente, da variação dos juros dos empréstimos obtidos (+m€ 43 967), do efeito financeiro das provisões constituídas (+m€ 7 586) e outros (+m€ 4 390).

3.2.4 Prestações de Serviços

Esta conta atingiu o valor de m€ 92 237, em 31 de dezembro de 2011, tendo, em 31 de dezembro de 2010, registado m€ 159 115, mostrando uma diminuição de m€ 66 872 (-42%).

O Modelo intangível (IAS 11) é a principal rubrica desta conta, desde a entrada em vigor do SNC, com o valor de m€ 48 661, em 31 de dezembro de 2011 e uma diminuição de m€ 73 819 (-60%) em relação a igual período de 2010.

Segue-se a receita do serviço público de transporte de passageiros, com um total de m€ 35 662, em 31 de dezembro de 2011, com um crescimento de m€ 4 705 (15%) em relação ao exercício de 2010 e outros aumentos no valor de (+m€ 2 237).

3.3 - ORÇAMENTOS

3.3.1 Orçamento de Investimentos

Conforme referimos em relatórios anteriores, o orçamento para 2011 não foi aprovado na Assembleia Geral Anual, aguardando-se a eleição de novos membros dos órgãos sociais para elaboração de outro plano e orçamento. Contudo a eleição referida não se verificou e, por conseguinte, não houve um novo orçamento para 2011.

O investimento de 2011 atingiu o montante acumulado de M€ 52,3, correspondente a 86,9% do orçamento previsto para esse ano, que era de M€ 60,2.

Em igual período de 2010 o investimento ascendeu a M€ 122.

Os valores da execução orçamental mais significativos, até 31 de dezembro, são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 6. - Execução Orçamental

Unidade: m€

Rubricas	Valor em m€	Percentagem de execução
Projetos aprovados	5 562	369,8%
Inserção urbana de rede base	10 035	100,2%
Prolongamento João de Deus - Sto. Ovídio	23 149	130,6%
Linha Estádio do Dragão - Fânzeres	11 127	55,8%

O plano de investimentos para os projetos aprovados indicava o valor de m€ 1 504, conforme o seguinte quadro:

Quadro 7. - Projetos Aprovados

	Previsto (m€)	Execução
Investimento propriamente dito	11 504	5 562
Alienação terrenos (Salgueiros e Trindade)	-10 000	0
Total	1 504	5 562

A não efetivação da operação imobiliária produziu o efeito assinalado neste quadro evidenciando um investimento global mais elevado do que o previsto.

3.3.2 Orçamento de Exploração

O Orçamento de Exploração para 2011 também não foi aprovado na Assembleia Geral Anual pelos motivos expostos aquando da análise do orçamento de investimentos.

Contudo, como referimos em anteriores relatórios trimestrais, foi deliberado pelo acionista Estado que se respeitassem as orientações relativas ao Plano de Redução de Custos Operacionais de 2011 face a 2009 em 15%.

Entretanto, em 15/06/2011, o Conselho de Administração aprovou uma revalorização do orçamento em regime SNC, que serviu de base ao controlo da sua execução. Essa revalorização traduzia a aplicação da redução de 15% nos custos operacionais.

Quadro 8. - Orçamento de Exploração

Descrição	Unidade: m€			
	Orçamento Anual de 2011 (1)	Real 2011	Desvios	Execução %
Gastos				
Fornecimentos e serviços externos	67.433	61.548	-5.885	91%
Modelo intangível (IAS 11)	56.095	45.943	-10.152	82%
Gastos com o pessoal	5.321	4.837	-484	91%
Gastos de depreciação e amortização	56.790	57.333	543	101%
Perdas por imparidade	0	0	0	0%
Perdas por reduções de justo valor (2)	0	135.669	-135.669	-
Provisões do período	31.516	61.265	29.749	194%
Outros gastos e perdas	2.671	2.370	-301	89%
Gastos e perdas de financiamento	116.219	164.123	47.904	141%
Imposto s/o rendimento período	24	100	76	417%
Total de gastos	336.068	533.188	197.120	159%
Rendimentos				
Prestações de serviços	41.332	43.576	2.244	105%
Modelo intangível (IAS 11)	60.248	48.661	-11.587	81%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0%
Subsídios à exploração	12.000	11.869	-131	99%
Reversões	0	6.453	6.453	-
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0%
Outros rendimentos e ganhos	14.491	24.797	10.306	171%
Juros dividendos e outros rendimentos similares	2.205	634	-1.571	29%
Total de rendimentos	130.275	135.990	5.715	104%
Resultado líquido do período	-205.792	-397.199	-191.407	

(1) Valores conforme Demonstração dos Resultados por Naturezas das peças contabilísticas revalorizadas em SNC, documento MP-1088026/11, e aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de junho de 2011.

(2) Esta rubrica refere-se a alterações no justo valor dos swaps, que não foram estimados na revalorização do Orçamento de 2011.

4. PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1 Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão, do exercício de 2011, foi elaborado pelo Conselho de Administração da Metro do Porto, SA, dentro dos prazos legais e contém uma exposição detalhada da atividade anual e da situação económica e financeira da sociedade, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em 13/03/2012.

As demonstrações financeiras, constituídas pelos balanço, demonstração dos resultados por naturezas, demonstração das alterações no capital próprio, demonstração dos fluxos de caixa e respetivas notas, foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística, apresentando valores consistentes com os registos contabilísticos.

4.2 Aplicação dos Resultados

A proposta, contida no Relatório de Gestão, de transferir o resultado líquido negativo do exercício, de 397 198 623 euros, para a conta "Resultados Transitados", mereceu o parecer favorável deste Conselho Fiscal.

4.3 Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Foi dado conhecimento ao Conselho Fiscal da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, datada de 13 de março de 2012, elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, membro deste órgão social.

A Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria apresenta as seguintes ênfases:

- A Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, referente ao exercício anterior, continha uma Reserva por limitação de âmbito relativa à inexistência de informação detalhada sobre alguns modelos de avaliação subjacentes à valorização ao justo valor dos instrumentos financeiros. No exercício de 2011, conforme notas n.ºs 2.3, 14 e 17 do Anexo, uma entidade independente avaliou e disponibilizou o modelo de valorização desses instrumentos financeiros, originando a reexpressão dos valores comparativos e, como tal, a existência da mencionada Reserva deixou de se justificar.
- A Empresa mantém a situação de incumprimento do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração, através do Relatório de Gestão, no ponto 7.3, refere a situação e propõe que os acionistas adotem medidas para repor o capital próprio da Sociedade.
- Nas Bases da Concessão está mencionado que o financiamento do investimento e da atividade da Sociedade deverá ser assegurado pelo Estado, o que permitirá o equilíbrio financeiro da Empresa. Os testes de imparidade aos direitos de concessão reconhecidos no ativo, na importância de 2 213 milhões de euros, assentam no pressuposto do referido apoio financeiro. A Nota 16 do Anexo contém a informação de que o Estado, por intermédio do IGCP, atribuiu um financiamento de 593 milhões de euros.

5. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS

5.1. Deveres especiais de informação previstos no Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e especificados no Despacho n.º 14 277/2008, de 14 de maio, do Ministro de Estado e das Finanças

A Metro do Porto cumpriu os deveres definidos, com o envio à Inspeção-Geral de Finanças, à Direção Geral do Tesouro e Finanças e à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, dos seguintes documentos:

- a) Plano de atividades anual;
- b) Orçamento anual para 2012;
- c) Plano de investimentos anuais e plurianuais;
- d) Documentos de prestação anual das contas individuais e consolidadas, acompanhados do relatório dos auditores externos e da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, sendo estes relatórios e certificação legais emitidos para as contas individuais e para as consolidadas.
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental elaborados pela Empresa e pelo órgão de fiscalização. Como o órgão de fiscalização aguarda a elaboração definitiva das demonstrações financeiras, e respetiva aprovação pelo órgão de gestão, os respetivos relatórios não seguem ao mesmo tempo que o relatório trimestral de execução orçamental emitido e enviado pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão.
- f) Cópia das atas das assembleias-gerais e de deliberações sociais unânimes por escrito.

A Empresa tem, também, efetuado a inserção no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), da generalidade da informação de natureza económica e financeira necessária.

A Empresa dá cumprimento às regras de unidade de tesouraria do Estado, conforme descrição no anterior relatório trimestral.

5.2. Orientações e objetivos de gestão

Pese embora não tenham sido fixados objetivos de gestão específicos para a Metro do Porto, a empresa encontra-se obrigada ao cumprimento das orientações e objetivos estratégicas fixados para o Setor Empresarial do Estado (SEE), pelos normativos legais e regulamentares em vigor, designadamente:

- Despacho n.º 510/10 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 1 de junho de 2010, que fixou os limites máximos de aumento de endividamento previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, que aprovou a redução dos vencimentos dos gestores públicos e equiparados, em 5%, com efeitos a partir de 1 de junho de 2010;
- Ofício Circular n.º 7 688 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), de 7 de outubro de 2010, que estabelece orientações sobre a política salarial no Setor Empresarial do Estado (SEE). Esta política salarial foi imposta pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE 2011) e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2011, publicada em 04/01/2011.

- Despacho n.º 1 315/10 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 15 de novembro de 2010, que determina às empresas um conjunto de medidas, tendo em vista a concretização dos objetivos fixados ao nível da redução dos custos.

5.2.1. Redução dos Gastos Operacionais

As Orientações Estratégicas definem como objetivo uma redução de 15% dos gastos operacionais de 2011 face aos incorridos em 2009;

O quadro n.º 9 abaixo, evidencia a taxa de poupança obtida nos gastos operacionais.

Quadro 9. – Plano de Redução de Gastos Operacionais (PRGO)

Rubricas	2009 Reexpresso	2011 Real	(milhares de euros)	
			Redução 2011/2009	
			Valor	%
62 Fornecimentos e serviços externos	75.954	54.015	-21.939	-28,9%
63 Gastos com o pessoal	6.168	4.837	-1.331	-21,6%
68 Outros gastos e perdas	69	65	-4	-5,8%
69 Gastos e perdas de financiamento	380	385	5	1,3%
	82.571	59.303	-23.268	-28,2%

5.2.2. Acréscimo de Endividamento

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC) fixou em 6% o limite máximo de acréscimo ao endividamento em 2011.

O quadro n.º 10 abaixo, mostra a variação do nível de endividamento atingido pela empresa em 2011, segundo duas modalidades alternativas de apuramento (não ajustado e ajustado nos termos explicados no quadro), que excedeu o limite de crescimento estabelecido pelo PEC.

Quadro 10 - Endividamento Remunerado

Rubricas	2009	2010	2011
Dívida remunerada	2.211.695	2.340.395	2.632.532
Acréscimo de endividamento 1	-	5,8%	12,5%
Dívida remunerada ajustada*	2.128.256	2.178.306	2.507.612
Acréscimo de endividamento 2	-	2,4%	15,1%
Limite máximo de variação		7%	6%

* O ajustamento refere-se (i) aos montantes contraídos para cobrir o montante não participado pelo PIDDAC e pelo QREN dos projetos João de Deus- D. João II, D. João II-Santo Ovídio e Dragão-Venda Nova e (ii) a bonificações BEI/LEP, que são montantes incrementais associados aos empréstimos. Sendo prémios recebidos pela contratação do empréstimo, estão considerados no valor de financiamentos obtidos, de acordo com o definido na NCRF 27 (IAS 39). No entanto, não são dívida, mas sim rendimentos diferidos que irão ser registados em resultados ao longo da vida dos empréstimos associados, pelo método da taxa efetiva (cf definido na NCRF 27/IAS 39)

5.2.3. RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro - Prazo médio de pagamentos (PMP)

Esta resolução do Conselho de Ministros foi alterada, de acordo com as instruções contidas no Despacho n.º 191-A/2008, de 27 de novembro, e no Despacho n.º 9870/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 71, de 13 de abril de 2009.

A Empresa apresentou, no final do quarto trimestre, o PMP de 236 dias, o que representa um aumento de 65 dias face ao período homólogo do ano anterior (171 dias).

A avaliação do grau de cumprimento dos objetivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano. Com o aumento de 65 dias, a Empresa apresenta uma situação de incumprimento do objetivo fixado na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro. A falta de meios financeiros justificou este incumprimento.

5.2.4. RCM n.º 49/2007, de 28 de março - Princípios de bom governo

A Metro do Porto cumpre, na generalidade, os Princípios de Bom Governo fixados pela RCM n.º 49/2007, de 28 de março.

O Plano de Igualdade já foi elaborado, mas ainda não foi publicado.

No que respeita ao cargo de Provedor do cliente, a Autoridade Metropolitana de Transportes informou a Empresa que o irá criar.

5.2.5. Relatório de Sustentabilidade

Embora tenhamos conhecimento de que está quase concluída a elaboração do Relatório de Sustentabilidade, a Empresa ainda não o terminou até esta data, pelo que não nos é possível, neste momento, pronunciar sobre o conteúdo desse relatório.

(Observação: não vamos ter tempo de concluir este ponto. De qualquer modo, junto ficheiro com a fórmula conforme tinha prometido)

6. NOTAS FINAIS

O Capital Próprio da Empresa é negativo, desde 30 de junho de 2008, situação que continuou a deteriorar-se no exercício de 2011, o que aconselha a implementação de medidas com vista ao reforço da cobertura desse capital.

Esta situação evidencia, de imediato, o incumprimento do disposto no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Por outro lado, o cumprimento rigoroso do Artigo 5º do Acordo Parassocial inviabilizaria a gestão corrente da Empresa, em virtude da situação atual do capital próprio da sociedade. Justifica-se, portanto, em nosso entender, a revisão do Acordo Parassocial, no que diz respeito ao referido Artigo.


O imprescindível serviço público de transporte de passageiros prestado à Comunidade aconselha, assim, o reequacionamento do modelo de financiamento da empresa e da construção da infraestrutura, por forma a reduzir os níveis de endividamento atingidos e os pesados encargos financeiros a suportar.

Ainda não foi formalizado o contrato de prestação de serviço público previsto na Base XV das Bases da Concessão, em que o Estado atribuirá à Empresa compensações financeiras pela prestação de serviço de interesse geral. Esta situação tem conduzido à acumulação de prejuízos anuais que a sociedade dificilmente terá capacidade de suportar. O autofinanciamento, no fim do exercício de 2011, foi negativo, no montante de m€ 253 537.

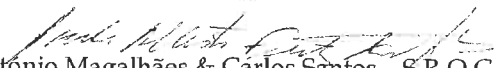
Saliente-se que os aumentos tarifários e a diminuição dos gastos operacionais, ocorridos em 2011, determinaram que a taxa de cobertura da conta Exploração atingisse 88,7%.

Porto, 13 de março de 2012

O Conselho Fiscal


Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins - Presidente


Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto - Vogal


António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº177 - Vogal

7. ANEXOS: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



Balço da Metro da Metro, SA, em 31 de dezembro de 2011

	(Valores em Euros)		
RUBRICAS	31-12-2011	31-12-2010 (Reexpresso)	31-12-2010 (Apresentado)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.685.679	3.980.456	3.980.456
Ativos intangíveis	2.213.164.908	2.217.612.966	2.217.612.966
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	274.236	296.258	296.258
	<u>2.217.124.822</u>	<u>2.221.889.680</u>	<u>2.221.889.680</u>
Ativo corrente			
Clientes	12.348.845	6.282.448	6.282.448
Estado e outros entes públicos	20.383.796	11.057.730	11.057.730
Outras contas a receber	2.707.631	2.949.000	2.949.000
Diferimentos	10.639.223	80.998	80.998
Instrumentos financeiros derivados	28.441.143	28.689.875	20.905.370
Outros ativos financeiros	10.046.885	11.709.623	11.709.623
Caixa e depósitos bancários	93.684.952	1.983.884	1.983.884
	<u>178.252.475</u>	<u>62.753.556</u>	<u>54.969.051</u>
Total do ativo	<u>2.395.377.298</u>	<u>2.284.643.236</u>	<u>2.276.858.731</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	7.500.000	7.500.000	7.500.000
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados	(15.538.840)	(10.062.841)	(10.143.561)
Resultados transitados	(1.424.392.962)	(1.071.814.351)	(1.305.320.895)
Ajustamentos em participações financeiras	817.989	835.189	835.189
Subsídios ao investimento	559.205.173	500.902.294	500.902.294
Outras variações no capital próprio	338.649	338.649	338.649
Resultado líquido do período	<u>(397.198.623)</u>	<u>(352.578.611)</u>	<u>(351.790.108)</u>
Total do capital próprio	<u>(1.269.268.614)</u>	<u>(924.879.672)</u>	<u>(1.157.678.433)</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	276.248.944	189.920.227	189.920.227
Financiamentos obtidos	2.414.539.204	2.159.451.641	2.159.451.641
Instrumentos financeiros derivados	684.940.911	542.972.012	767.986.267
	<u>3.375.729.059</u>	<u>2.892.343.880</u>	<u>3.117.358.136</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	20.579.944	33.330.757	33.330.757
Fornecedores de investimentos	28.708.272	80.532.119	80.532.119
Estado e outros entes públicos	375.110	323.701	323.701
Financiamentos obtidos	217.992.240	180.943.232	180.943.232
Outras contas a pagar	20.256.350	21.472.619	21.472.619
Outros passivos financeiros	1.004.937	576.600	576.600
	<u>288.916.853</u>	<u>317.179.029</u>	<u>317.179.029</u>
Total do passivo	<u>3.664.645.912</u>	<u>3.209.522.909</u>	<u>3.434.537.164</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>2.395.377.298</u>	<u>2.284.643.236</u>	<u>2.276.858.731</u>

Demonstração dos resultados por naturezas da Metro do Porto, SA, do período findo em 31 de dezembro de 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	Valores em Euros		
	2011	2010 (Reexpresso)	2010 (Apresentado)
Réditos			
Vendas e serviços prestados (construção-IFRIC 12)	48.661.449	122.480.251	122.480.251
Vendas e serviços prestados (transporte de passageiros)	35.661.591	30.956.872	30.956.872
Outras vendas e serviços prestados	7.914.329	5.678.106	5.678.106
Outros rendimentos			
Subsídios à exploração	11.868.637	11.866.960	11.866.960
Ganhos imputados de subsidiárias, assoc.e emp. conjuntos		92.869	92.869
Outros rendimentos e ganhos	25.062.281	12.732.927	12.732.927
Gastos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos (construção-IFRIC 12)	(45.942.686)	(114.071.168)	(114.071.168)
Outros fornecimentos e serviços externos	(61.548.160)	(62.037.094)	(62.037.094)
Gastos com o pessoal	(4.837.420)	(5.847.558)	(5.847.558)
Perdas imputadas de subsidiárias, assoc.e emp. conjuntos	(283.008)	(25.791)	(25.791)
Outros gastos e perdas	(2.472.021)	(1.822.866)	(1.822.866)
Provisões líquidas	(54.812.675)	(32.081.097)	(32.081.097)
Aumentos/Reduções de justo valor	(135.669.425)	(160.027.733)	(159.239.229)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(176.397.109)	(192.105.321)	(191.316.818)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(57.332.838)	(52.648.549)	(52.648.549)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(233.729.947)	(244.753.871)	(243.965.367)
Juros e rendimentos similares obtidos	368.905	415.270	415.270
Juros e gastos similares suportados	(136.643.177)	(88.669.012)	(88.669.012)
Atualização financeira das provisões (IFRIC 12)	(27.094.198)	(19.507.834)	(19.507.834)
Resultado antes de impostos	(397.098.417)	(352.515.448)	(351.726.944)
Imposto sobre o rendimento do período	(100.205)	(63.164)	(63.164)
Resultado líquido do período	(397.198.623)	(352.578.611)	(351.790.108)